O Empoderamento da Ordem na Sociedade Escravista Brasileira: o caso da pena de morte do escravo Camillo*

Artur José Renda Vitorino^{**}

Camila Andréia Correa de Oliveira^{***}

Resumo. A partir da formulação e aprovação da Lei de 10 de junho de 1835, a qual modificou o Código Criminal de 1830 no sentido de radicalizar a aplicação da pena de morte aos delitos praticados pelos escravos, o objetivo deste artigo é mostrar que a construção do direito do senhor nos revela um complexo campo conflituoso de relações sociais e políticas que definem e se redefinem mediante a visão da instituição da escravidão e a concepção jurídica do escravo: considerado um ser humano para o direito penal e propriedade para a justiça civil. Argumenta-se, por meio do estudo de caso da aplicação da pena de morte ao escravo Camillo, que o precípua fim da lei capital de pena de morte foi instalar o controle social. Contudo, como o escravo absorvia as ambivalências jurídicas em seu proveito, os conflitos provenientes da relação senhor/escravo geravam situações que punham em contraste a soberania do Império brasileiro e a segurança privada dos senhores.

Palavras-chave: Ordem; Controle Social; Escravidão; Pena de morte; Brasil do século XIX.

Order Empowerment in Brazilian Slave Society: The case of the slave Camillo's death penalty

Abstract. The approval of a Law on 10 June 1835 which modified the 1830 Criminal Code radicalized the application of the death penalty for crimes committed by slaves. The essay reveals the construction of the master's right and the complex conflict field of social and political relationships that define and redefine themselves through the slavery institution and the slave's juridical concept. For Penal Law the slave is a human being, but he is mere propriety for Civil Justice. The case study of the slave Camillo and the application of the death penalty showed that the aim of capital punishment was the establishment

* Artigo recebido em 18/02/2013. Aprovado em 16/06/2013.

** Professor do Programa de Pós-graduação em Educação e da Faculdade de História da PUC, Campinas/SP, Brasil. E-mail: arturvitorino@uol.com.br

*** Bacharel e licenciada em História pela PUC, Campinas/SP, Brasil. E-mail: camilacol@hotmail.com

of social control. Since the slave absorbed the juridical ambivalences to his own end, conflicts derived from master-slave relationships caused situations that contrasted the sovereignty of the Brazilian Empire and the masters' private safety.

Keywords: Order; Social control; Slavery; Death penalty; 19th century Brazil.

El Apoderamiento de la Orden en la Sociedad Esclavista Brasileña: el caso de la pena de muerte del esclavo Camillo

Resumen. El objetivo de este artículo es mostrar, partiendo de la ley del 10/06/1835 que modificó el Código Criminal de 1830 al extender la aplicación de la pena de muerte por delitos cometidos por esclavos, que la construcción del derecho del señor revela un complejo y conflictivo campo de relaciones sociales y políticas que se definen y redefinen a través de la visión de la institución de la esclavitud y la concepción jurídica del esclavo: por un lado, era considerado un ser humano por el derecho penal y, por el otro, como una propiedad por la justicia civil. A partir de un estudio de caso – la aplicación de la pena de muerte al esclavo Camillo, se argumenta que el principal objetivo de esta ley capital era instalar el control social. Sin embargo, como el esclavo absorbía las ambivalencias jurídicas de acuerdo a su conveniencia, los conflictos derivados de la relación señor-esclavo generaban situaciones que ponían en contraste la soberanía del Imperio brasileño con la seguridad privada de los señores.

Palabras Clave: Orden; Control Social; Esclavitud; Pena de Muerte; Brasil del siglo XIX.

Introdução

Em 13 de agosto de 1843, quase chegava ao fim a longa exposição do *Jornal do Commercio*, diário publicado na Corte Imperial e voz oficiosa do governo imperial, sobre o julgamento do escravo Camillo pelo assassinato de seu senhor. Nessa data, como uma espécie de diário, o jornal publicava as observações do carcereiro da cadeia sobre as últimas horas da vida do escravo Camillo. Dizia a publicação que ele aparentava tranquilidade, permanecia

muitas horas deitado e, às vezes, em sono profundo. Nesse tempo de espera, recebeu as últimas visitas, as últimas refeições e teve seus últimos desejos: aguardente, um prato de peixe e o pedido de adiar a sua execução. Mas já era tarde, pois a lei não admitia recursos, mesmo mediante o fato de ele ter revelado, após o interrogatório final, que não planejara o crime sozinho. E com algumas gotas de suor presentes na sua testa, o condenado à pena de morte marchou da cadeia em direção ao patíbulo, onde encontrou o seu destino.

O destino do escravo foi selado pela Lei de exceção de 10 de junho de 1835. Esta lei era específica aos escravos que cometessem crimes contra o senhor e sua família, parentes ou prepostos e, uma vez sentenciada a pena capital de morte, ela não admitia recursos. A Lei de 10 de junho de 1835, que foi objeto de estudo de Andrade (1996; 1998-1999; 2000), Ribeiro (2005) e Pirola (2012), permite-nos mostrar a agência escrava e como ela criou meios de delimitar o direito como um campo aberto de disputas. Esses autores reconstituíram a importância dessa lei sancionada pelo regente imperial em 10 de junho de 1835 na repressão de movimentos de contestação escrava através da aplicação da pena capital, a pena de morte. Mas, mesmo diante do seu objetivo de enforcar os escravos a miúdo e rapidamente, regulando a imposição da pena de morte aos escravos, o Estado Imperial assumiu grande parte da repressão aos escravos e, ao interferir na relação entre senhor e escravo, intencionava evitar o acirramento das tensões pelo empoderamento da ordem (RIBEIRO, 2005, p.10).

Certamente, o caso do escravo Camillo representa, por meio da imprensa, a aplicação dessa lei. Embora as autoridades fizessem uma interpretação rígida, conforme esse caso específico, com o intuito de reprimir fortemente a população escrava por meio da difusão do terror à morte, o significado da Lei de 1835 para a classe senhorial brasileira era mais amplo que a simples repressão aos escravos e a execução do cativo. A gênese da Lei de

1835 era fruto de uma demanda social e política que começou no início do processo de construção do novo Império do Brasil.

Assim, o nosso objetivo é analisar, através dessa lei específica, a construção do dito “direito do senhor”, tendo como referência que as noções de direito, o justo, o legal e o legítimo, não sejam restritamente a serviço da dominação. “Ao contrário, formam campos conflituosos, constitutivos das próprias relações sociais: campos minados pela luta política, cujos sentidos e significados dependem das ações dos próprios sujeitos históricos que os conformam” (LARA; MENDONÇA, 2006, p.11).

Adotando essa perspectiva, entendemos que a construção do direito do senhor nos revela, nos bastidores da Lei de 1835, um complexo campo conflituoso de relações sociais e políticas que se definem e se redefinem mediante a visão da instituição da escravidão e a concepção jurídica do escravo, um ser humano para o direito penal e uma propriedade para a justiça civil.

Essa ambiguidade jurídica do escravo teve um grande peso nas discussões dos legisladores imperiais, pois revelava que, apesar de o escravo ser tido como uma coisa (conforme prescrevia a lei), por outro lado, ele era passível, como qualquer outro ser humano livre, de reivindicar, ao seu modo, uma noção de direito de liberdade ou mesmo reivindicar melhores condições de vida. Isto era um fato que assustava a classe senhorial, a qual temia as possíveis revoltas ou crimes contra a sua autoridade, manifestações indignas de uma população - vista pelos senhores - como bárbara, mas que, ao mesmo tempo, era o suporte para o progresso da lavoura e do Império brasileiro.

Nesse sentido, a situação não era confortável para a classe senhorial brasileira, pois estavam em jogo a soberania do Império brasileiro e a segurança privada dos senhores de escravos. Afinal, como manter a mão de obra escrava e ao mesmo tempo trazer a civilização ao Império brasileiro? Como promover a ordem na sociedade escravista sem infringir a integridade da propriedade

(configurada na figura do escravo) e os interesses dos senhores de escravos e das *plantations*, classe esta responsável pela produção e exportação de produtos agrícolas que impulsionavam a economia do Brasil? Seria possível considerar o escravo um ser humano e, ao mesmo tempo, ser ele uma propriedade de outrem, cujas leis penais existiam para manter a mão de obra escrava e assegurar a vida dos senhores?

A finalidade de se construir um direito do senhor não era para que se resultasse na simples e direta execução do cativo, mas para que os aparatos legais promovessem a manutenção da mão de obra escrava, ao promover a exemplaridade do castigo a um número restrito de maus escravos que porventura afrontassem o empoderamento da ordem na sociedade escravista brasileira.

Desse modo, intencionamos mostrar como essas questões se apresentam na época, ao verificarmos a requisição da classe senhorial no período de 1830 a 1835, pela análise das discussões em torno da pena de morte presentes na formulação do Código Penal de 1830, na Lei de 10 de junho de 1835 e nos jornais do período. Em seguida, é importante analisarmos a representação desse campo conflituoso nas páginas do *Jornal do Commercio* na exposição do crime do cativo Camillo. Finalmente, também serão expostos alguns desdobramentos, na década de 1860, das ações do Conselho de Estado do Imperador, ao interferir na política de aplicação da pena de morte no Império Brasileiro.

Concluí-se, assim, que, embora o contexto que levou à criação e aprovação da Lei de junho de 1835 tenha fornecido força ao argumento dos senhores da necessidade de o Estado imperial radicalizar a aplicação do Código Penal de 1830 no sentido de ampliar o número de delitos praticados pelos cativos e de encurtar os procedimentos para o julgamento e execução da sentença, a aplicação dessa lei, ao longo do século XIX, por força da agência

escrava, obrigou o Estado a buscar reconciliar duas verdades aparentemente inconciliáveis: o princípio de que a repressão aos crimes cometidos por escravos contra os seus senhores e prepostos tinha de ser aplicada para que esses crimes não se repetissem e a necessidade de que todo Estado político tenha uma base ética. Escrevendo de uma forma diferente, equacionar o problema de conseguir o empoderamento da ordem numa sociedade cuja relação social, ao primeiro olhar, dá a impressão de tratar-se de uma unilateralidade de poder imposta por parte do senhor, mas que, se vista de mais perto, a relação revela uma interdependência entre senhores e escravos, pois o atendimento somente aos interesses dos senhores, em contraposição a reconhecer, mesmo que de forma deficitária, os motivos dos escravos, não permitiria a convivência humana naquela sociedade.

O Direito do Senhor de Escravos

Após a independência do Brasil, os primeiros políticos governamentais viram a necessidade de construir um Novo Império Brasileiro. Os intitulados liberais deram início a uma sequência de reformas jurídicas que visavam apagar o longo passado de domínio colonial português (FLORY, 1986). Desse modo, desejavam inserir e fortalecer o país frente às nações civilizadas da Europa.

No entanto, os primeiros legisladores tinham uma difícil tarefa a resolver para esse projeto: a questão da existência da escravidão no país. Esta era vista como um entrave a tal anseio, pois, para as elites contemporâneas, como seria possível construir uma nação civilizada com a existência de seres bárbaros de natureza e na condição de escravizados? Perante esse problema, os legisladores viam que o Direito desempenharia um papel fundamental para conformar essa realidade do país aos preceitos liberais desejados, como os de igualdade e harmonia de classes.

Além disso, o Direito atuaria como um ordenador social. Na concepção dos liberais, era imprescindível a construção de leis fortes para controlar o clima de latentes insurreições da população escrava. Dessa maneira, nesse processo de construção do direito, viu-se no parlamento o crescimento da aliança entre políticos governamentais e plantadores escravistas, tal coesão implicou na construção de um direito voltado aos interesses da lavoura, ou seja, que assegurasse a ordem senhorial.

Nesse sentido, a prática judiciária, advinda dessa concepção, criou uma ambivalência em relação ao estatuto jurídico do escravo, ora afirmando a sua coisificação na forma de propriedade e ora afirmando a sua humanidade (CAMPOS, 2003, p.25). Essa ambiguidade jurídica gerava outra implicação, pois se o escravo era imputado como coisa para a justiça civil, então, ele não poderia responder por seus atos em um tribunal de iguais, a responsabilidade era do senhor. Porém, para a justiça penal, o cativo era tido como um humano, o que lhe imprimia capacidade de ser responsável por seus atos como qualquer outro ser humano livre.

Isso tinha um peso na Assembleia Geral. A classe senhorial, ao conceber que a escravidão era um entrave à sociedade civilizada e interpretar o cativo como coisa, influenciaria na construção de um direito e das leis com o sentido de cada vez mais reduzir o escravo a essa condição para exercer uma efetiva dominação sobre o mesmo. Por outro lado, o escravo era visto e reconhecido como um ser humano perigoso, com potencial para cometer crimes exatamente pela sua natureza perversa e por estar na condição de escravizado. Portanto, seria legítimo um tratamento jurídico especial para essa parcela da população não inclusa nos direitos civis.

Dessa forma, a construção das leis empreendidas pela classe senhorial não estava somente atrelada à relação de dominação do senhor sobre o escravo, mas também ao que a propriedade escrava representava naquele momento,

pois, embora a abundância da população escrava causasse um constante temor por uma suposta capacidade de realizar uma revolução negra, tal como a de St. Domingue (liderada por Toussaint-Louverture e, depois, por Dessalines), a propriedade escrava era essencial para o enriquecimento e a continuidade do novo Império Brasileiro.

Sendo assim, não foi por acaso que o único problema debatido na Assembleia Legislativa no momento de redação do Código Criminal tenha sido a manutenção ou não da pena de morte e de galés perpétuas.

O autor do projeto foi o deputado mineiro, na sua fase liberal, Bernardo Pereira de Vasconcelos – que alguns anos depois se tornou o principal líder do movimento do Regresso, precursor do Partido Conservador. Esse notável líder político, magistrado, proprietário de escravos e grande defensor da escravidão (VASCONCELOS, 1999), escreveu o projeto sob a influência das ideias do filósofo, economista e jurista inglês, Jeremy Bentham. Este desenvolveu a doutrina do utilitarismo: o valor ético da conduta humana é determinado pela utilidade de seus resultados. Dessa forma, o objetivo seria a conquista da felicidade para o maior número de pessoas (GRINBERG, 2002, p.25-26). Sendo assim, os códigos legais, inseridos nesse princípio, deviam decretar leis que tivessem normas de validade universal, proporcionando a maior felicidade possível.

Esse princípio, certamente, pode ter influenciado para que o Código Criminal e o Código do Processo Criminal, escritos nesse momento, abrangessem tanto homens livres quanto escravos sem uma distinção específica.

Inclusive, quando foi discutida a manutenção ou não da pena de morte e de galés perpétuas no novo Código Penal, entre os dias 11 e 15 de setembro de 1830, o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos questionou se o código compreenderia os escravos ou não, mas a questão não foi debatida. Somente

alguns deputados, como Antonio Pereira Rebouças, deram algum parecer a favor de uma legislação separada apenas para escravos. Contudo, a sugestão não surtiu efeito nas discussões.

O deputado liberal, Antonio Pereira Rebouças, foi o primeiro a se pronunciar contra a manutenção da pena capital. Este advogado autodidata, mulato, filho de mãe ex-escrava e pai português (GRINBERG, 2002), fez um longo discurso destacando um argumento religioso: dizia que somente Deus tinha o direito de tirar a vida. Sugeriu que, no lugar de tal pena, fossem construídas casas de correção com cadeias seguras, limpas e arejadas. Também argumentou que o meio de prevenção dos crimes seria o investimento em instrução primária, pois acreditava que a educação era um modo de alcançar a estabilidade social. Combateu o argumento de que a pena de morte seria mais temível e repressiva, pois um homem que desejava cometer um crime já estava determinado a fazê-lo. Além disso, se ele fosse de condição superior na sociedade, ele teria meios de iludir a aplicação da pena. Para ele, os homens se padeciam com tal pena, a prisão com trabalho seria uma alternativa.

Em relação aos escravos, Rebouças concebeu a pena de morte como um benefício a eles, pois, ao morrerem, eles estariam impunes. Em suas palavras:

Mas, diz-se, os escravos como se conterão sem a pena de morte: como abolir-se a pena de morte enquanto houver escravos? Em tal caso não padeça a associação dos livres, a quem pertence a constituição, por causa dos escravos, desses entes miseráveis. Mas a pena de morte nunca foi terrível senão a quem teve em vista gozar os bens sociais; nos tormentos, até os entes de melhor razão têm confessado o crime (não digo bem, porque confissão supõe que existiu o ato vedado); tem-se o homem muitas vezes atribuído a si o crime que não cometeu, para acabar com a vida, sofrendo uma só vez, por não sofrer mais sucessivamente atormentado. Os escravos não podem assaz prezar a vida, porque assaz a não gozam; se para alguém a morte é menos repressiva, é para eles, que sem nenhuma boa esperança se insurgem e morrem brutalmente; os suicídios mais frequentes são os deles, que creem na transmigração, creem que morrendo passarão desta para a sua terra. Faça-se para os escravos uma ordenança separada; e por eles não façamos tamanho mal aos cidadãos, aos homens livres. Ninguém pode tirar a vida do homem, que não deu nem pode reparar; tirá-la é contra o Poder Divino, está fora do poder humano, nenhum legislador pode decretar a pena de morte (Anais da Câmara dos Deputados, Brasília, 11 set. 1830).

Nota-se a distância que Rebouças faz dos homens livres, de um lado, e dos escravos, do outro, pois, de modo algum, quando nega a pena capital aos dois, ele os enxerga como iguais, pois para ele a constituição é só para os cidadãos, os homens livres. Como os cativos eram excluídos da cidadania, estes deveriam ter uma legislação específica.

De acordo com Grinberg (2002, p. 173), Rebouças defendia que os escravos não gozavam a vida por não possuírem determinados bens, por não os terem ou não os poder ter, eles seriam indiferentes à morte.

Não usufruindo da vida, o escravo africano não seria, levando a argumentação de Rebouças ao extremo, nem humano: quando ele argumenta que aos escravos deve ser consagrada uma legislação em separado para não macular as leis dos homens livres e, logo depois diz que ‘ninguém pode tirar a vida do homem’, supõe que, neste código paralelo, se possa punir com a morte um escravo sem que por isso se esteja tirando a vida de um homem (GRINBERG, 2002, p.173).

Na mesma sessão, outros deputados discursaram contra a pena de morte, seguindo quase a mesma linha argumentativa de Rebouças. Somente na sessão de 15 de setembro de 1830, a ala dos defensores da pena máxima apresentou os seus argumentos.

Nesse dia, foi apresentada uma emenda que pedia a extinção da pena de morte nos casos de “erros políticos”, esclarecendo o porquê de os deputados discutirem exatamente essa questão do Código Penal. Contudo, a pena deveria continuar nos casos de homicídio e para contenção da população escrava.

O deputado Vasconcelos argumentou que se tratava de uma necessidade de segurança pública. Não muito diferente dessa opinião, o deputado Paula e Souza, ituano, agricultor e proprietário de escravos, argumentou que a pena capital e a de galés perpétuas eram muito eficazes para prevenir crimes dos escravos e da população livre e pobre. Ele ainda alertou que os libertos e escravos estavam em milhões no Brasil e tinham a capacidade

de pegar em armas. Por isso, a sugestão da ala contra a pena sobre a prisão simples seria ineficaz, pois a exclusão da pena máxima e de galés seria um prêmio aos escravos e os incitaria ao crime.

Apesar do esforço da ala opositora, a pena de morte e de galés foi mantida no projeto, aprovada para os crimes graves e aos escravos, mas foi extinta para os crimes políticos.

Essa medida era essencial para se adaptarem às metas políticas da oposição do imperador D. Pedro I, pois as leis portuguesas, prescritas no Livro V das Ordenações Filipinas, condenavam à pena máxima os opositores do governo, os quais eram considerados traidores do rei. Assim, os liberais, opositores ao imperador, ao abrumarem as penas com o pretexto de revisar as leis inumanas portuguesas, restringiram o poder imperial para perseguir os seus inimigos políticos. Desse modo, esses legisladores podiam livremente continuar o processo de reformas, nas quais descentralizavam, cada vez mais, o poder estatal (FLORY, 1986).

Por outro lado, embora não saibamos detalhadamente a composição social dos deputados, a continuidade da pena última para homens livres e cativos revelou a preocupação da classe senhorial em manter a ordem no Império.

A visão de um grande número de escravos no país alarmava os deputados. Podemos observar que as duas alas da discussão associam os cativos ao crime, concebendo os africanos como bárbaros que afrontavam a sociedade moderna e civilizada que eles queriam construir.

A ala dos opositores da pena de morte discursou, em relação aos escravos, dizendo, principalmente, que a pena seria um benefício e, por isso, os incitaria ao crime. A outra ala baseou-se no argumento da segurança pública, a pena como medida para conter os crimes serviria, como exemplo, para a grande população cativa e de homens livres.

Nesse sentido, os artigos 113, 114 e 115 do Código Penal referem-se aos crimes contra a segurança interna e tranquilidade pública. Eles são relacionados exatamente ao crime de insurreição por escravos.

Observamos no código que, dos cativos incursos nesse crime, nem todos levariam a pena máxima. O artigo 113 gradua as penas conforme a participação dos cativos na insurreição. Somente aos cabeças, a pena capital era aplicada, pois, de forma indiscriminada, os líderes seriam o exemplo para os restantes. O menor grau de participação era punido com açoites, limitados a 50 por dia. Após sofrê-los, os cativos tinham de ser devolvidos aos senhores. Dessa maneira, o Código Penal considerava também o interesse dos senhores em relação à integridade física de sua propriedade ao limitar as penas.

Portanto, a escravidão era uma grande preocupação para os legisladores. Apesar de o Código abranger tanto escravos quanto homens livres, os deputados conseguiram distinguir-se por lei ao retirarem a pena de morte referente a crimes políticos. A medida era necessária naquele momento, porém, a pena não poderia pôr em risco a segurança pública.

No entanto, sub-reptício ao argumento da segurança pública, havia o anseio de se assegurar a existência de si próprios como senhores de escravos vivendo cotidianamente contra a tensão que aquela população bárbara representava. Pelo exemplo de Bernardo Pereira de Vasconcelos e de Francisco de Paula Souza e Melo, vários integrantes da Assembleia Legislativa do período eram proprietários de escravos, o que certamente influenciou na decisão a favor da continuidade da pena máxima como meio de punição exemplar aos cativos no país.

Contudo, pelo fato de a escravidão ter sido um argumento forte para a aprovação da pena capital, o procedimento jurídico não dispensava um tratamento específico a um réu escravo. O Código do Processo Criminal,

promulgado em 1832, abrangia o cativo equiparadamente aos homens livres, sujeitando-o a um processo vagaroso, submetido aos recursos prescritos em lei.

Tal abrangência das leis era incompatível com a realidade da sociedade escravista, pois, para a manutenção da ordem, além de instituir a pena de morte, era necessário estabelecer leis que afirmassem efetivamente o domínio dos senhores sobre os escravos. O ideal de civilização da classe senhorial seria distinguir pela lei, e não só pelo costume, “as pessoas e as coisas”. Nesse sentido, é possível constatar em jornais do período reclamações e requisições para ocorrer essa distinção nas leis. A classe senhorial, alarmada com a população escrava, começou a ver as leis penais, prescritas nos códigos, como leis fracas e prejudiciais à ordem social vigente.

O *Jornal do Commercio* publicou, em sua primeira página, em 26 de fevereiro de 1833, uma resolução do Conselho Geral de São Paulo que especificava que, nos crimes de propinação de veneno, insurreição ou assassinato do feitor, administrador ou senhor cometidos por escravos, as penas seriam impostas no local do delito e não seria admitida revista e nem recurso ao Poder Moderador:

Ninguém ignora os males que ameaçam algumas Vilas, em que a escravatura está em grande insubordinação: os assassinios de senhores, que em tempos mais antigos não se viram, propinação de veneno, e os ameaços contínuos de subverter toda a população, são coisas que reclamavam medidas promptas [sic] e enérgicas. O Código do processo criminal igualando o processo dos escravos ao dos homens livres era pois evidentemente um mal indizível. Este defeito é corrigido na Resolução que acima imprimimos (JORNAL DO COMMERCIO, 26 fev. 1833).

Em 10 de junho de 1833, chegou à Câmara dos Deputados, em decorrência da Insurreição de Carrancas,¹ ocorrida em Minas Gerais, a proposta

¹-Os escravos das fazendas Campo Alegre e Bela Cruz, planejadamente, uniram-se, em 13 de maio de 1833, para assassinar a família do deputado Gabriel Francisco Junqueira. O levante teria sido incitado por um branco que teria dito que os escravos no Rio de Janeiro já estariam no gozo de seus bens por terem matado os seus senhores. Sobre esses crimes em Carrancas, ver Andrade (1996; 1998-1999; 2000), Ribeiro (2005) e Pirola (2012).

do Ministro da Justiça, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, sobre as alterações na aplicação da pena de morte aos escravos, com a seguinte justificativa:

Se a legislação até agora existente era fraca, e ineficaz para coibir tão grande mal, a que ora existe mais importante é, e menos garantidora da vida de tantos proprietários fazendeiros, que vivendo muito distantes uns dos outros, não poderão contar com a existência, se a punição de tais atentados não for rápida, exemplar, nos mesmos lugares, em que eles tiverem sido cometidos. [...] (Anais da Câmara dos Deputados, Brasília, 10 jun. 1833).

A proposta tinha sete artigos, os quais foram modificados ao longo das sessões. Um aditivo apresentado numa das sessões por Honório Hermeto Carneiro Leão, oriundo de uma família tradicional cafeeira, expressou a preocupação dos senhores em relação ao prejuízo decorrente da sentença de morte do seu escravo:

Os escravos que forem punidos por qualquer dos referidos crimes, com a pena de morte ou galés: serão pagos àqueles a quem por direito pertencerem, pela fazenda pública (Anais da Câmara dos Deputados, Brasília, 03 set. 1833).

Quando a proposta chegou ao Senado, em 1834, as discussões aconteceram em sessões fechadas. No entanto, em janeiro de 1835, a Revolta dos Malês (REIS, 1986), almejada para ocorrer em Salvador, Bahia, onde parte da população escrava planejava invadir as ruas da cidade, alarmou a opinião pública, pois rememorava a ocorrência que terminara na independência de St. Domingue. Isso impulsionou o retorno do projeto de 1833 sancionado como lei em 1835.

A então denominada Revolta dos Malês teve grande repercussão no Rio de Janeiro. Os jornais cariocas noticiaram e opinaram sobre os eventos, tomando proporções políticas que ecoaram na Assembleia Geral brasileira. A partir da publicação do relatório do chefe de polícia da Bahia sobre esse levante de escravos urbanos, na primeira página do *Jornal do Commercio*, foram transcritos alguns jornais, os quais empreendiam uma campanha política contra

o tráfico de escravos africanos, instaurando com mais força o receio nos homens livres pela população escrava existente em nossas plagas.

O jornal liberal *Aurora Fluminense*, do redator Evaristo da Veiga, empreendeu extensa campanha contra o tráfico de africanos. Em geral, ele argumentou que o tráfico era imprudente e cruel, que havia a questão da existência de “africanos livres”, incursos na Lei de 7 de setembro de 1831² e, essas situações entre os cativos eram danosa e passível de efeito colateral, pois, se futuramente os escravos tivessem conhecimento de seus direitos, eles poderiam questionar a propriedade ilícita do senhor, estimulando-os a se insurgirem violentamente contra os senhores para extinguir fisicamente o domínio fictício a que estavam sujeitos.

Essa campanha contra o tráfico também revelou o descrédito com algumas medidas de descentralização dos liberais. No caso, contraditoriamente, o redator reclama das autoridades populares, os juízes de paz, instituição liberal criada em 1827, de favorecerem o contrabando de africanos; infringindo, assim, a lei, porque eles tinham a função de inspecionar os navios nos portos para impedir a entrada de africanos. Entretanto, muitos juízes envolvidos com os poderes locais começaram a favorecer o tráfico ilegal para os proprietários de escravos, e o governo central começou a não ter o controle sobre as ações da própria instituição que criou, causando críticas não favoráveis ao poder ilimitado dessas autoridades populares (FLORY, 1986).

Além disso, ao alertar que a escravidão era um objeto de atenção, o jornal pedia por medidas de prevenção contra insurreições, pois:

Não nos levemos da consideração de que os nossos Africanos são estúpidos: eles são homens e, por conseguinte, têm amor à liberdade, e aspiram ao predomínio: se lhes faltam os conhecimentos precisos para dirigir bem as suas forças, não são contudo tão privados de discurso que não se sujeitem aquele que os pode encaminhar, e não deixará de haver algum, que sendo mais inteligente, os instrua (AURORA FLUMINENSE, 23 fev. 1835).

²-Esta lei declarava livres todos os escravos vindos de fora do território brasileiro que entrassem nos portos do país.

Por outro lado, nesse clima de desconfiança e repressão em relação aos negros africanos, os jornais não deixaram de criticar também os senhores e as leis vigentes no país. Por isso, reclamaram por medidas fortes e resolutivas. Na época, os redatores viam que, se os escravos estavam soltos nas ruas ou se amontoavam em bandos, era por culpa dos senhores que eram desleixados e não controlavam suas propriedades, vigiando-as de forma ineficaz.

Na primeira página do *Jornal do Commercio*, uma notícia transcrita do jornal *Correio Mercantil* fazia essa acusação e ainda pedia esclarecimentos aos juriconsultos:

nós lhe perguntaremos, pois que motivos poderão fazer decidir o Governo a fazer julgar pelo Júri os negros apanhados em flagrante delito de insurreição; parece-nos que um escravo achando-se excluído da lei comum pelo seu estado de cativo, estado excepcional, que o priva dos direitos Constitucionais, não pode em caso algum ser julgado por Cidadãos, que são unicamente convocados para julgar a seus pares: bem sabemos que nos poderão dizer que falta uma lei especial a este respeito; ao que respondo, que por isso nos parece que motivos de imperiosa necessidade deveriam prevalecer, e fazer adotar uma medida extrajudicial. Lembramo-nos que em 1832 em consequência de um terrível atentado perpetrado por alguns negros na Província de Minas, pediu-se à Câmara dos Deputados uma decisão ad hoc, e terríveis medidas foram tomadas nesta circunstância (JORNAL DO COMMERCIO, 21 mar. 1835).

Provavelmente, o redator se referiu à insurreição de Carrancas e à proposta de 1833 da necessidade de sancionar uma nova lei de repressão aos crimes cometidos por escravos, no sentido de diminuir o número de delitos praticados por cativos, que passariam a ser condenados com a pena capital – a pena de morte.

Essa repercussão da rebelião escrava na imprensa carioca também alarmou o Ministério da Justiça em relação ao grande perigo que a escravidão representava ao país e, por isso, deveria ser sustentada por medidas fortes:

Entre os elementos de divisão, de desordem e desmoralização, que nos legou o passado, nenhum existe, que mais sobressaia, do que a escravidão de uma classe do nosso Povo, Flagelo horrível para a África, e já há muito fulminado pela Religião, e Filosofia do Século em que vivemos, nos expõe constantemente a crimes e a perigos incalculáveis. [...] sendo a escravidão

uma violência constante não pode ser sustentada por outra maneira, senão por medidas fortes, e muito enérgicas (Relatório do Ministério de Justiça, Brasília, 1834).

Assim, o Senado sancionou a Lei de 10 de junho de 1835, a qual se referia especificamente aos escravos que atentassem contra a vida do senhor, seus familiares e prepostos, tirava o direito de defesa do cativo, pois, uma vez sentenciada a pena de morte, a lei não admitia a nenhum recurso prescrito no Código do Processo Criminal.

O processo de construção da lei, iniciado em 1833, nos demonstra também um descontentamento com a instituição liberal do juiz de paz e da competência do júri para julgar os réus, além da questão da abrangência dos códigos liberais.

A mudança mais notável da proposta original da Lei em 1833 e após a sua passagem pelo Senado foi em relação à composição do júri. Embora os legisladores e redatores de jornais tenham criticado o júri popular por julgar os cativos como seus pares, determinada pela abrangência do Código de 1832, a Lei de 10 de junho de 1835 conservou esse preceito liberal.

Não deixa de ser frustrante a decisão de o Senado discutir essa lei em sessão fechada, pois não podemos saber ao certo o porquê da conservação desse júri popular se justamente uma das principais reclamações da sociedade escravista era de que os cidadãos julgassem somente os seus pares, ou seja, cidadãos de direitos conforme a definição da Constituição de 1824, e não os cativos, excluídos da cidadania, portanto, eram homens inferiores indignos de estar num tribunal como iguais a homens de direitos. Dessa forma, era concebível um tratamento diferenciado, um júri composto por autoridades populares, prescrita na proposta original, era visto como uma possível solução porque os cativos estariam sujeitos a um tribunal de autoridades superiores e não de iguais.

Tendo essa análise em vista, e de acordo com Flory (1986), podemos deduzir que o Senado deve ter considerado o juizado de paz como uma instituição cada vez mais suscetível aos interesses do poder local. Geralmente, o posto do juiz de paz nas cidades e povoados era ocupado por comerciantes ou profissionais, nas regiões rurais era comum serem das famílias de fazendeiros, por exemplo, na região cafeeira do Vale do Paraíba fluminense. Desse modo, essas famílias viam essa instituição liberal como uma extensão dos seus interesses locais.

A conservação do antigo júri já representava a reação conservadora, em curso na Assembleia Geral no combate às instituições descentralizadoras dos liberais – o que nos permite vislumbrar que começava a ruir a concepção teórica de harmonia social de classes dos liberais. Naquele momento, a classe senhorial não queria leis e instituições jurídicas igualitárias, era necessária a instituição de uma lei que formalizasse a distinção entre coisas e pessoas (MATIOS, 1987). Assim, a Lei de 10 de junho de 1835 surgiu nesse momento de conflito entre a decadência das medidas liberais e a ascensão da reação conservadora através do movimento regressista.

Mais tarde, essas facções políticas originariam o Partido Monarquista Liberal e o Partido Monarquista Conservador. Em ambos, a coalizão com proprietários rurais determinava os interesses políticos e econômicos relacionados à lavoura. Os conservadores tendiam a pertencer às áreas voltadas à exportação, como Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, por isso, queriam uma política nacional centralizada e estável. Os liberais, geralmente, eram de áreas como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, voltadas aos interesses locais, ao abastecimento do mercado interno (CARVALHO, 2006, p. 212-213).

Independentemente da facção política dos integrantes da classe senhorial, eles construíram um direito do senhor: a lei excepcional de 10 de

junho de 1835, a qual significava que os senhores podiam punir distintamente os homens escravizados suscetíveis a lutar por liberdade e a manutenção da instituição escrava, mesmo porque as possíveis perdas da propriedade escravos, em decorrência da aplicação da lei capital, seriam indenizadas pelo Estado.

O crime de Camillo

O poder de um senhor punir seu escravo distintamente e de forma civilizada, por meio da justiça, não significava para a classe senhorial o poder de realizar isso indiscriminadamente. A “consciência conservadora” (MERCADANTE, 2003) dessa classe tinha de conciliar o poder de exercer o seu direito com os interesses políticos e econômicos locais e da lavoura nacional. Nesse sentido, veremos a seguir a exposição do crime do cativo Camillo no *Jornal do Commercio* que representa também, além da aplicação da Lei de 1835, como era paradoxal a relação de o escravo representar para os senhores um ser de “má índole” natural e estes, ao mesmo tempo, estarem preocupados com o futuro da propriedade escrava.

Em 6 de julho de 1843, o escravo Camillo apresentou-se “livre de ferros e sem coação alguma”, acompanhado de seu curador José Feliciano da Cunha, ao chefe de polícia José Matoso de Andrade de Camara e iniciou-se o seu primeiro interrogatório.

Primeiramente, informou chamar-se Camillo, crioulo, natural do Rio Grande do Sul, com a idade entre 19 ou 20 anos, e que, há cerca de três meses, fora comprado pelo Sr. Filippe Nery de Carvalho. Em sequência, o chefe de polícia começou as indagações sobre as motivações do crime.

Camillo respondeu que o seu parceiro Vicente, ao ser bofeteado pelo senhor há algumas semanas, propôs-lhe um “negócio que iria resultar na felicidade de ambos”. Vicente propôs que, como o senhor era muito mau, por qualquer motivo mandaria surrar e vender para fora da terra, era necessário

matá-lo, e quem o fizesse ficaria com duas carreiras, onde havia sempre muitos contos de réis. Porém, ele não poderia fazer, pois, por andar sempre com o senhor, logo suspeitariam da sua autoria, mas se Camillo tivesse coragem de fazer, ele o ensinaria e isso o farraria e lhe daria três contos de réis.

Assim, disse que Vicente ensinou a maneira de execução do crime. Preocupou-se com detalhes como a calça virada pelo avesso por debaixo da outra para que aquele a trocasse, a nudez para que ninguém o segurasse e deu a faca de cabo branco, a qual foi inserida em um cabo de vassoura. Um dia, o boleiro avisou que o senhor ia ao teatro e depois a Botafogo, sendo o dia propício para a execução do plano; e ainda recomendou que seria importante que a realização fosse sem susto.

Quando Camillo chegou à ponte, não encontrou o feitor, o qual tinha o costume de esperar o senhor com a luz, e também não encontrou a cocheira aberta. Dessa maneira, ele começou a cumprir com o combinado. Deitou-se no mato, tirou a roupa, a calça de cima e a guardou na mata da estrada em direção da Praia Vermelha.

Então, a sege foi em direção à entrada da cocheira – por estar fechada, obrigou os senhores a descerem. Nesse momento, o cativo passou por eles sem conseguir distinguir qual era o senhor. No entanto, ao ouvi-lo gritar para abrir a porta, o reconheceu. E assim lhe fez “o mal”.

Ele saiu correndo, até derrubou o senhor moço, pelo Caminho Novo da Praia Vermelha. Logo Vicente partiu atrás dele, com o intuito de não o seguir até o fim, como previamente combinado. Seguindo o plano, o boleiro se dirigiu à cidade para dar o aviso e encontrar Camillo, o qual já teria mudado de roupa para fingir que vinham da cidade por consequência do aviso do primeiro. Contudo, o cativo encontrou o escravo Joaquim no caminho com a sege, após mudar a roupa, e com este chegou a casa e disse que vinha da cidade.

O chefe da polícia questionou sobre ser possível a existência de tal sociedade, pois Vicente procurou comprometê-lo ao juiz. O cativo respondeu que apesar disso, o boleiro não perdia a ocasião de lhe fazer sinais para que guardasse segredo. E informou também que nunca esperou o senhor antes, mas há duas ou três semanas o outro havia quebrado com tijolos o lampião da esquina perto da casa de Botafogo, embora não soubesse se o ato fora intencional.

Encerrado o primeiro interrogatório, no dia seguinte, o Sr. Andrade Camara deu início ao segundo interrogatório de Camillo. Questionou se ele sustentava a primeira declaração sobre o crime. A resposta foi controversa. Declarou ao escrivão que sustentava ser ele o assassino, porém, mentiu em relação ao Vicente, a faca tinha sido comprada, por ele, na rua Direita.

Camillo declarou que, ao comprar a faca, levou-a para afiar na casa de um barbeiro preto e gordo, na rua S. Bento, e a entregou a um preto dizendo que o objeto pertencia a um José João.

Então, na noite do crime, buscou a faca, pagou dois tostões ao barbeiro e saiu a caminho de Botafogo. Nesse caminho, ele parou numa venda e pagou dois vinténs pelo pau e depois numa loja de ferragem comprou uma corda fina, mas não soube informar o nome certo por não ter prática nos nomes e também por ter bebido bastante na venda onde comprou o pão (a pedido do senhor saiu para comprar pão), na qual emprestou de um caixeiro uma faca para rachar o pau.

Quando chegou a Botafogo, ao encontrar a cocheira fechada, não ver o feitor e nem ninguém na chácara; colocou a faca no pau e amarrou ao modo de sua terra de origem. E cometeu o crime, da forma descrita anteriormente.

Desmentindo o interrogatório anterior, no qual havia dito que deixara a faca com o pau para serem apanhados por Vicente, ele declarou que, na realidade, ao cair no local indicado, continuou a correr com os objetos e entrou

no primeiro mato que avistou. Ao perceber o silenciar de todo o rumor, desamarrou a faca e a enterrou no chão, jogando a corda e pau ali próximo. Desse modo, o cativo se justificou que quando foi indicar o local das provas, não mostrou esse mato e nem o lugar certo que escondeu a arma “porque, como na primeira declaração nesta parte não era verdade, receava ser achado em contradição”.

O escravo afirmou, mais uma vez, que não fora instigado por ninguém para cometer o crime e só fez porque tinha receio de sofrer algum castigo grande, pois ouvira de seus parceiros que, por qualquer motivo, viria a sofrer algum. Este fato, ele só teria comentado com seu parceiro Joaquim, este, ao queixar do mesmo serviço também, o qual teria desaprovado a execução do senhor no teatro, onde o agarrariam logo, e nem em lugar algum.

Ao finalizar o segundo interrogatório, o escrivão informou que o escravo Joaquim confirmou toda a história.

O julgamento do réu ocorreu no Tribunal do Júri da Corte, no dia 17 de julho de 1843. O *Jornal do Commercio* relatou que, iniciado às 11h30min, um grande público estava presente nas dependências do tribunal e na porta do edifício. O cativo entrou na sala acompanhado de seu curador, o Dr. André Pereira Lima, sob a seguinte descrição:

O réu é baixo, reforçado, pouca barba, cor muito fula. Em seu rosto e atitude se descobrem facilmente todos os sinais de malvadeza e desesperação. Traja calça de pano fino, preto, colete da mesma cor e jaqueta de brim branco (JORNAL DO COMMERCIO, 20 jul. 1843).

Antes do sorteio do conselho de jurados, o curador do réu pediu a transferência do julgamento para outra sessão, apesar da determinação da lei excepcional de 10 de junho de 1835 de que uma vez o juiz formador de culpa ter remetido o processo ao Sr. Dr. Juiz de Direito, este o deveria apresentar na sessão do júri aberta ou convocar uma sessão imediatamente.

Apesar dessa determinação, o curador argumentou que no momento da notícia do crime, o povo apontou a autoria a pessoas diversas, questionou se alguém não o teria obrigado a cometer o crime e informou que o cativo não estava incomunicável na cadeia:

É pois amor da justiça e dos julgadores que faço o meu requerimento, e não pelo meu curado, que me disse que preferia morrer a estar fazendo confissões, a ser arrastado perante os tribunais. Porém, se a lei dá esta faculdade, se o espírito público não esta ainda bem formado, se não sabemos se em virtude de ultteriores indagações se poderão obter melhores esclarecimentos para este tribunal; se, além disto, é que o réu não tem estado incomunicável, que pessoas diversas foram falar lhe que o juiz de direito da 2º vara crime (não sei por que motivo) foi no sábadu ver o réu, e lhe disse que confessasse a verdade, que o forraria: se uma pessoa sócia do finado foi dizer-lhe que dissesse que tinha sido a viúva a que tinha mandado matar... (JORNAL DO COMMERCIO, 20 jul. 1843).

O requerimento do curador foi negado sob o argumento de ser contrário à lei de 1835. O promotor argumentou que uma vez o processo concluído e remetido ao juiz de direito, este tinha que convocar o júri, e o julgamento deveria proceder.

Mas disse-se: pode o júri não estar em estado de dar uma boa decisão! Porém esta razão que se apresenta a favor do réu pode-se apresentar a favor de todos e quaisquer réus, pode dizer-se: o júri não está suficientemente instruído-; e assim nunca haver julgamento.

E demais, pois quer-se por força que haja um criminoso além do acusado?! Pois porque o povo diz que há um mandante, segue-se que havemos esperar eternamente, até que se descubra esse ente imaginário? (JORNAL DO COMMERCIO, 20 jul. 1843).

O escravo foi incurso no primeiro artigo, referente à pena de morte aplicada ao crime contra o senhor e seus prepostos. Esta lei objetivava tornar os processos desses crimes específicos mais rápidos; desse modo, não eram permitidos ao cativo os recursos legais, prescritos no Código do Processo Criminal, como permitidos a homens livres. Nesse sentido, além da visão pré-concebida das autoridades em relação ao escravo negro como uma pessoa inclinada ao crime, era, também, prescrito em lei um tratamento distintivo ao

réu escravo. Assim, muitas vezes, a própria constatação da “índole perversa” do cativo servia de base para legitimar o cumprimento da lei, acima das evidências constituídas na formação do processo.

Os diversos proprietários de Camillo

Nota-se que, nesse caso específico, uma vez o escravo incurso no primeiro artigo da Lei de 1835, isto já havia determinado a sentença final, por isso, não importavam as irregularidades ou dúvidas levantadas no julgamento, pois, como o processo já havia sido formado, as autoridades não davam espaço para novas especulações. Desse modo, as diferenças de versões dos interrogatórios de Camillo, o suposto mandante do crime,³ as possíveis participações dos escravos Vicente e Joaquim no planejamento do crime e as visitas ao réu antes do julgamento, eram detalhes diante da constatação da 'má índole' do cativo e a necessidade de se fazer cumprir a lei a todo custo.

No entanto, a dedicação do *Jornal do Commercio* em publicar minuciosamente detalhes desse crime não se deveu apenas ao fato de o réu ser um escravo que tirou a vida de seu próprio senhor, uma circunstância inconcebível para a lógica de domínio senhorial na época. Além disso, há a dimensão estatal nas entrelinhas dessa publicação, numa questão que inicialmente parece ser privada.

Ao analisarmos, temos de ter em vista que o *Jornal do Commercio* era um representante oficial do partido político atuante no governo imperial, o Partido Monarquista Conservador, o qual tinha forte ligação com os plantadores escravistas, portanto, tinha o interesse de garantir a continuidade de seus

³-Em um dos interrogatórios, um agregado, o Sr. Dannerberg, o qual teria visitado o réu e também questionara o réu, para que respondesse, em troca de alforria, se não haveria um mandante, e se este não teria sido a viúva. O cativo respondeu que estava embriagado e não podia culpar ninguém.

interesses relacionados à lavoura e, desse modo, garantir também a prosperidade do Império Brasileiro (MATTOS, 1987).

Porém, na década de 1840, com o acirramento da pressão inglesa contra o tráfico intercontinental de africanos, o futuro da mão de obra escrava era uma preocupação, seria uma atitude para o Estado promover um incentivo ao tráfico interprovincial e intrarregional para garantir o monopólio de mão de obra aos plantadores escravistas e garantir a soberania nacional (MATTOS, 1987, p. 218-251).

Inclusive, justamente em 1843, no Senado, Bernardo Pereira de Vasconcelos, escravocrata conservador, usando a célebre frase “a África tem civilizado a América” (Senado, sessão de 25 de abril de 1843), dava um parecer sobre a importância da “civilização material” ao país, mediante o trabalho escravo africano. Em sua argumentação, a diminuição da civilização material, por falta de escravos africanos, causaria a barbarização moral do país. Em linhas gerais, ele expressava a relação de dependência da mão de obra escrava aos interesses mercantis da lavoura e seu conseqüente elo com a prosperidade do Estado Imperial e, daí, a necessidade de se manter o tráfico transatlântico de africanos escravizados.

Tendo-se isso em vista, apesar do caráter ardiloso do crime de Camillo em si, a relevância deste se relacionava também a um alerta aos senhores sobre as transações comerciais da mão de obra escrava. Deste modo, observemos, a seguir, o depoimento do réu sobre o seu passado e uma notícia publicada dias após a sua execução.

O juiz interrogou o réu sobre quantos senhores ele teve em Porto Alegre e os demais. Neste momento, o cativo começou a responder sobre as trocas de sua propriedade. Ele disse que em Porto Alegre só teve um senhor, o Sr. Leitão, não sabendo o motivo da sua venda a José da Silva Arcos, no Rio de Janeiro. Este, em pouco tempo, o vendeu por 100\$ réis a Francisco Ribeiro

Meira, com o qual ficou por quatro meses, mas, por ver que era um senhor mau, não queria servi-lo, fugiu e, ao retornar, foi castigado e tentou se matar. Após ser curado, retornou ao Sr. Arcos e foi vendido ao Sr. Filippe Nery de Carvalho, ao qual também não gostava de servir.

Porém, o cativo não revelou sobre todos os seus ex-senhores. Encerrado o julgamento, alguns dias após a execução do escravo, o periódico alertava “aos senhores que compram escravos sem examinarem bem a sua índole e comportamento, como aos que sem escrúpulo algum os vendem, ocultando as suas maldades” (JORNAL DO COMMERCIO, 20 set. 1843). Abaixo, o jornal transcrevia a resposta do ofício de Manoel Paranhos da Silva Velloso, chefe de polícia do Rio Grande do Sul, ao ofício mandado pelo chefe de polícia do Rio de Janeiro, o qual pedia esclarecimentos sobre os senhores a quem o escravo tinha servido, o comportamento e o motivo por ter sido enviado à Corte.

Velloso informou que o escravo Camillo pertencia ao senhor Manoel de Freitas Leitão. Após a sua morte, o novo marido da viúva o vendeu a Torquato Francisco da Rocha Pimenta; como o casal se ausentou da cidade, o delegado Velloso não sabia ao certo o motivo da venda, porém, ouviu falar que o motivo fora por mau comportamento.

Na posse de Torquato, o cativo feriu com faca o escravo de outra pessoa, por isso, foi mandado ao negociante Manoel José Barreiros, que o empregou em uma refinaria de açúcar. Mas ele feriu o caixeiro do negociante, o que acarretou um processo e a condenação a açoites.

O escravo retornou a Torquato e foi vendido a Sebastião Pereira de Barros. Cometeu alguns furtos e recebeu castigo. Então, o senhor Barros descobriu que Camillo possuía uma faca e planejava matá-lo. Preventivamente, o senhor bateu nele com um pau e o escravo fugiu levando a arma. Mesmo foragido, o senhor o vendeu a José Pedro Alves, o qual foi

roubado pelo escravo. Por conseguinte, foi enviado a Ignácio Gomes Córdia para vendê-lo à corte.

O chefe de polícia terminou dizendo que as indagações, mesmo feitas com pressa, já manifestavam “a índole perversa e péssimas inclinações” do escravo.

É possível perceber pela exposição do caso no jornal como várias vezes são ressaltadas as constantes trocas de propriedade do escravo e a conduta dele. Assim, a gravidade desse crime estava relacionada também a se tratar de um cativo de um histórico de trocas de propriedade por maus comportamentos que acabou por chegar ao Rio de Janeiro sem as devidas precauções.

Esse histórico de trocas de propriedade de Camillo era visto como fruto da má índole natural do escravo. No entanto, elas revelavam outro lado também, a irresponsabilidade e a falta de escrúpulos dos próprios senhores ao ocultarem a má conduta do cativo em prol do lucro e sua ineficiência em controlar a “índole perversa” de suas propriedades humanas.

A participação do ex-senhor de Camillo, Ribeiro Meira, no julgamento, é significativa, pois a sua convocação foi justamente para prestar esclarecimentos sobre o comportamento do cativo e a motivação da venda. O ex-senhor contou ao promotor que um dia o escravo fugiu e retornou, após 48h, xingando e gritando que era forro. Mais tarde, descobriu que o cativo se dirigira ao chefe de polícia e fez queixa afirmando essa condição. Consequentemente, isso resultou na sua convocação à delegacia para comprovar a compra. Por isso, ao voltar, aplicou-lhe um castigo: mandou o escravo descer as calças e bateu com o bacalhau, justificou-se ao curador dizendo - “Isto foi para desafronta minha e exemplo aos outros escravos a quem ele queria sublevar” (JORNAL DO COMMERCIO, 20 jul. 1843).

Depois de castigá-lo, o senhor descobriu, através do aviso de uma escrava, que Camillo planejava matá-lo. Por conta disso, ele fez uma busca; encontrou uma garrafa de aguardente, uma faca e uma pedra de amolar. Então acorrentou o cativo, este, desesperado, enfiou a faca no próprio pescoço. O senhor pediu ao médico que o curasse e o revendeu ao Sr. Arcos.

Tanto o Sr. Meira como os outros ex-senhores do cativo constataram a difícil tarefa de controlar e manter a propriedade de um escravo que simplesmente não os queria servir.

Por outro lado, os interrogatórios de Camillo nos revelam, em alguns momentos, que ele reivindicava uma função e tratamento específicos. Ele repetiu com clareza que não tinha gosto em servir aos senhores Ribeiro Meira e o Filippe Nery. Em relação a este último, o cativo, ao ser questionado pelo juiz sobre o motivo do crime, disse o seguinte:

Juiz:- Mas ele nunca lhe tocou.- Réu:- Não, senhor, porque não era senhor de andar tocando sempre, mas na ocasião que ele me pegasse, eu sabia que era desgraçado...(chorando); nunca levei chicote, nem surra, vim levar nesta terra...

Eu, senhor, ia para aquela chácara de Botafogo todos os dias de semana e dia santos, mandavam-me carregar terra; e fazer todos os serviços mais desprezados...conhecia mesmo que me queriam machucar. Se eu era escravo, se não me queriam maltratar, para que era dar um conto por mim? A minha senhora, nem queria que eu vestisse camisa engomada, era só camisa de algodão... O Sr. feitor também é causa, ia para a chácara com o relho atrás de mim e dos outros; uma vez brigou com o Vicente sem motivo nenhum (JORNAL DO COMMERCIO, 20 jul. 1843).

O cativo assumiu toda a responsabilidade do crime, mas culpou o Sr. Arcos por tê-lo enganado ao dizer que serviria de estimação, o que não ocorreu quando o Sr. Nery o comprou e também não cumpriu a promessa, ao não lhe dar essa funcionalidade. Por isso, o escravo desejou, então, fazer o “mal”.

Essas reclamações nos dão indícios para conjecturar sobre o passado de Camillo, implicando na sua demanda por uma função e tratamento específicos. Quando Camillo estava na posse de seu primeiro senhor, Manoel

Leitão, em Porto Alegre, há a possibilidade de que a sua função fosse para servir de “estimação”, um cativo de companhia ou doméstico, portanto, pela proximidade com o senhor, talvez tivesse regalias, como camisa engomada, e ganhasse mimos ou gratificações do senhor. Dessa maneira, talvez desconhecesse a pressão constante da presença do chicote do feitor.

Entretanto, a morte do senhor transformou a sua realidade. Possivelmente, por suas declarações, podemos constatar que ele reivindicava a sua antiga função e tratamento, um serviço de estimação ao senhor.

Considerações Finais

Aos olhos dos contemporâneos de Camillo, a sua motivação não era uma reivindicação. Naquela realidade, este fato era um ato bárbaro de um ser humano perigoso. O jornal tinha o intuito de alertar aos senhores essa outra face de suas coisas, a sua natureza perversa. Por outro lado, o periódico mostrava também o mau comportamento dos próprios senhores nas suas transições comerciais ao ocultarem o histórico de transgressões à autoridade senhorial.

Desse modo, o jornal imprimia a preocupação do governo com a manutenção da mão de obra escrava no país, pois, se de um lado a ‘índole perversa’ de Camillo evidenciava o perigo de preservar a existência de bárbaros constantemente passíveis de desejarem subverter a ordem senhorial, por outro lado, o trabalho desses bárbaros é que garantiria a prosperidade do Império.

Assim, quando o jornal informa e alerta aos senhores sobre o crime, ele, possivelmente, também intencionava, através do exemplo desse caso específico, promover uma ordenação nas relações de compra e venda de escravos, essencial para o objetivo do Estado imperial, em tempos de pressão inglesa contra o tráfico intercontinental, na falta ou diminuição deste,

negociações “sadias e às claras” seriam essenciais aos tráficos interprovincial e inter-regional.

Desse modo, ordenar implicava em preservação da escravidão. Para isso, um dos mecanismos do Estado imperial era a Lei de 10 de junho de 1835, a qual a classe senhorial acreditou que a população escrava temeria. Não sabemos exatamente se, em geral, os escravos tinham o conhecimento dessa lei em si, porém, é importante enfatizar que tinham noções de direito e justiça, inclusive o próprio Camillo, numa breve fala, demonstra isso ao ter dito que estava em dúvida entre matar o feitor ou o senhor, mas preferiu este, porque soube de alguém que, se não fosse 'a misericórdia dos Srs. jurados', ele mesmo levava os escravos à forca. Então se lembrou de que, se matasse o feitor, o dono mesmo o matava e, mais uma vez, o fato de este o ter enganado em relação à sua função de trabalho foi decisiva na escolha.

No entanto, o escravo Camillo e tantos outros demonstraram à classe senhorial a não total força dessa lei. Pois, embora a constatação da “má índole do cativo” fosse base para legitimar a aplicação da lei, esta não foi inibidora para as insubordinações de Camillo aos senhores frente ao seu desejo de uma melhor condição de vida ou mesmo o planejamento minucioso de uma vingança.

Esta era uma brecha da Lei de 1835: o instinto humano de liberdade dos cativos. Esta reivindicação era temida e uma constatação antiga da classe senhorial, a qual, anos antes, promovera um processo de construção de um direito do senhor para justamente se defender e garantir interesses mediante a visão desse perigo da escravidão. Nesse sentido, os legisladores de 1830, na iniciativa de construir o Novo Império Brasileiro, por meio das leis, acreditaram que, ao reduzir ainda mais os escravos à condição jurídica de coisa, por meio da construção de um direito do senhor, promoveriam uma efetiva ordem para a manutenção da mão de obra escrava e do Império.

No entanto, a classe senhorial, em 1843, estava incerta em relação ao futuro da escravidão no país, mas a vigência de sua total extinção representava uma possível decadência do Império brasileiro. Tanto que, alguns anos depois, a severidade da aplicação da Lei de 1835 seria concebida até como um entrave à conservação desse bem humano.

Sendo assim, a diligência do Partido Monarquista Conservador, a partir de 1837, teve impacto na política de aplicação da pena de morte. Uma série de decretos promoveu a centralização do poder de decisão da pena máxima ao Imperador.

Após a subida do Imperador D. Pedro II ao trono em 1841, foi reunido novamente o Conselho de Estado, restaurado em 1834, o qual era composto de políticos escolhidos para auxiliar nas decisões do governo imperial. A Seção da Justiça desse órgão passou a ser consultada sobre todos os recursos judiciais, o que implicou na conversão das sentenças de pena de morte referentes a escravos na pena de galés perpétuas, tendo como consequência a decadência da Lei de 10 de junho de 1835.

Principalmente depois do fim do tráfico intercontinental (1850), as sentenças da pena máxima não podiam ser executadas sem a consulta ao Conselho para que o Poder Moderador pudesse perdoar ou minorar a pena nos moldes da Lei de 1826.⁴ Os recursos dirigidos eram em grande parte referentes a réus escravos incursos na Lei de 1835. Apesar de, na escrita original, ela não admitir recursos uma vez sentenciada a pena última, a mudança na política de aplicação acabou por transformar a lei, dando ao cativo o direito de recurso ao Imperador.

Em tempos que a classe senhorial via a escassez da mão de obra escrava se transformar em realidade, cada vez mais foram dificultadas as

⁴-A Lei de 11 de setembro de 1826 determinava que as sentenças proferidas, em qualquer parte do Império, que impusessem a pena de morte deveriam subir a Imperial Clemência para perdoar ou moderar a pena antes de ser executada.

execuções da pena de morte, pois o Conselho de Estado comutava essas sentenças na pena de galés perpétuas.

Contudo, esse direito do senhor ainda prevalecia no Código Penal e é possível perceber que a classe senhorial tinha dificuldades para abolir de vez a pena de morte enquanto existisse a escravidão no país, pois uma medida foi necessária em 1830 para garantir e legitimar a continuidade da mão de obra escrava no Império brasileiro. Já em 1868, podemos observar traços de incômodos com essa medida por parte dos próprios senhores que, se por um lado temiam insurreições escravas, por outro também temiam a escassez de sua propriedade. Assim, é notável que, durante a existência da escravidão no Império brasileiro, não foi possível a abolição da pena de morte, a qual foi extinta somente após 1888, no período da República.

Portanto, a “índole perversa” de escravos como Camillo representava no imaginário da classe senhorial a queda do Império, através do ataque físico ao corpo do senhor e apresentação dos desejos humanos pela liberdade e melhoria da sua condição de vida. O direito do senhor não conseguiu impedir essa vontade conotada como perversa pelos contemporâneos, porém, esta desordem originada pela agência escrava serviu de legitimação para a permanência do direito do senhor no Império.

Fez-se necessária a construção de uma didática social, cujos contornos seriam realizados pelos resultados dessas ações jurídicas com o precípua fim de estabelecer uma ordem na sociedade escravista. Esta ordem não seria a ordem interna, aquela que estabeleceria a harmonia e o equilíbrio da alma humana - equilíbrio este criado por meio da homologia da ordem na alma do indivíduo e na sociedade; e, sim, a ordem externa. Entendendo por ordem externa as formas jurídicas, sob a chancela do Estado, de coibir as ações contra o *status quo* vigente concomitantemente à instrumentalização dos instintos e das paixões do homem, de modo que a agência humana possa

contribuir para o bom funcionamento da sociedade. Por isso, as normas privadas e estatais vigente no período seguiam no espírito e na letra o que se convencionou denominar de *self-enlightened interest*. Eram de fato liberais os pressupostos dos donos do poder no Brasil escravista oitocentista, pois mesmo o escravo tinha reconhecido o seu interesse próprio esclarecido. Desde, porém, que esse interesse não transgredisse o interesse comum traduzido como norma geral pelo Estado.

Fontes Primárias

A AURORA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, 1833; 1835.

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados, 1830, 1833 e 1835. Brasília. Disponível em <[http:// www.camaradosdeputados.gov.br](http://www.camaradosdeputados.gov.br)>. Acesso: maio./jun. 2008.

BRASIL. Anais do Senado do Império do Brasil, 1832-1835. Brasília. Disponível em <[http:// www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)> Acesso: maio./jun. 2008.

BRASIL. Atas do Conselho de Estado Pleno, 1868. Brasília. Disponível em <[http:// www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)> Acesso: maio./jun. 2008.

BRASIL. Código Criminal do Império, 1830. Brasília. Disponível em <[http:// www.camaradosdeputados.gov.br](http://www.camaradosdeputados.gov.br)> Acesso: maio./jun. 2008.

BRASIL. Código do Processo Criminal de 1832. Brasília. Disponível em <[http:// www.camaradosdeputados.gov.br](http://www.camaradosdeputados.gov.br)> Acesso: maio./jun. 2008.

BRASIL. Coleção de Leis do Império Disponível em <[http:// www.camaradosdeputados.gov.br](http://www.camaradosdeputados.gov.br)> Acesso: maio./jun. 2008.

BRASIL. Relatório do Ministério da Justiça de 1833. Disponível em: <www.lib.umich.edu/govdocs/foreign.html> Acesso: out. 2008.

BRASIL. Relatório do Ministério da Justiça de 1835. Disponível em: <www.lib.umich.edu/govdocs/foreign.html> Acesso: out. 2008

BRASIL. Relatório do Ministério da Justiça, 1834. Disponível em: <www.lib.umich.edu/govdocs/foreign.html> Acesso: out. 2008

CORREIO OFFICIAL, Rio de Janeiro, 1833; 1835.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 1833; 1835; 1843.

Referências

- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado em História) - FAFICH/UFMG, 1996.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeliões escravas na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso de Carrancas*. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p. 45-82, 1998-1999.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Violência, Criminalidade e Controle Social – Rebeliões Escravas nas Minas Gerais – Século XIX: o caso Carrancas*. *Actas do Congresso Luso-Brasileiro: Memórias e Imaginários*. Lisboa, 2000, p. 437-452.
- CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: Direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em História) - UFRJ, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *O Conselho de Estado: a cabeça do governo*. In: *Teatro de sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os partidos políticos imperiais: composição e ideologia*. In: *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FLORY, Thomas. *El juez de paz y El jurado en el Brasil imperial, 1808-1871: Control social y estabilidad política en el nuevo Estado*. Trad. Mariluz Caso. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- GRINBERG, Keila. *Código Civil e cidadania*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LARA, Sílvia Hunol; MENDONÇA, Joseli (org). *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- MATTOS, Ilmar Rohrloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MATTOS, Ilmar Rohrloff de. *Do Império à República*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 163-171, 1989.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil - Contribuição ao estudo da formação brasileira*. São Paulo: Ed. UniverCidade, 2003.
- PIROLA, Ricardo Figueiredo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Campinas, 2012. Tese (Doutorado em História) - IFCH/UNICAMP, 2012.

REIS, João José, *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês* (1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: a Lei de 10 de junho de 1835. Os escravos e a pena de morte no Império do Brasil: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira. *Bernardo Pereira de Vasconcelos./organização e introdução de José Murilo de Carvalho*. São Paulo: Ed. 34, 1999.